

**EDcl no AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.235.068 - PE
(2018/0013413-1)**

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
EMBARGANTE : **HELMA MARIA SILVA CHAVES**
EMBARGANTE : **KLAYTON HERMINIO DE ALMEIDA**
ADVOGADOS : **CARLOS ALBERTO LEAL DE BARROS JUNIOR - PE000450A**
AMANDA ARRUDA DE SOUZA SIVINI E OUTRO(S) -
PE033973
TOMAZ FORNELOS LYRA CRUZ - PE046756
EMBARGADO : **BANCO SAFRA S A**
ADVOGADOS : **BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI - PE021678**
CARLOS EDUARDO AMORIM THORPE - PE025161D
VERA LUCIA DE SOUSA E OUTRO(S) - PE014712D
CINEIDE PEREIRA DE MELO - PE034956
INTERES. : **MOBÍLIA LTDA**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL – AÇÃO DE EXECUÇÃO – ACÓRDÃO DESTE ÓRGÃO FRACIONÁRIO QUE NEGOU PROVIMENTO AO RECLAMO MANEJADO PELA PARTE ADVERSA – HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS RECURSAIS.

INSURGÊNCIA RECURSAL DA PARTE RÉ.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o artigo 1.022 do CPC/15.

1.1. Na hipótese, verifica-se a existência de omissão no acórdão embargado no tocante ao pedido contido na impugnação ao agrado interno de majoração dos honorários sucumbenciais recursais.

1.2. "Em regra, não cabe a majoração de honorários advocatícios, com fulcro no art. 85, § 11, do CPC/15, em agrado interno. Excepcionalmente, por se tratar de matéria de ordem pública, a majoração dos honorários no agrado interno é admitida quando o Relator, por omissão, deixou de aplicá-la na decisão monocrática que não conheceu ou negou provimento ao recurso principal, o que não ocorreu na hipótese" (EAREsp 788.432/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 10/10/2018, DJe 15/10/2018).

2. Embargos de declaração acolhidos, sem efeitos infringentes, tão somente para sanar a omissão apontada.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por Documento: 92304326

unanimidade, acolher os embargos de declaração, sem efeitos infringentes, tão somente para sanar omissão apontada, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti e Antonio Carlos Ferreira (Presidente) votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

